



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

1 Ao terceiro dia do mês de março de dois mil e quinze, realizou-se
2 no auditório do Centro Educacional Dom Bosco, no Bairro Bom Retiro a reunião de
3 nº 4/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
4 (CMDCA), em caráter extraordinário em continuidade da Reunião Extraordinária do
5 dia 27 de fevereiro do corrente ano. Presidente dá as boas vindas, pede ao
6 secretário a contagem de quorum. Confirmado a existência de quorum, o presidente
7 passa os trabalhos ao Secretário Adalberto e a Coordenadora da Comissão de
8 Legislação, Sra. Paula para que deem início aos trabalhos. Adalberto retoma a
9 memória dos presentes sobre o método eleito na última plenária para condução dos
10 trabalhos e já registrados na ata anterior. Isto posto, começa a apresentar os artigos
11 modificados do Projeto de Lei 203/12 que a Comissão de Legislação achou por bem
12 pedir a modificação, devendo a plenária se abster de julgamento de mérito, podendo
13 pedir esclarecimentos, e apenas votar pelo "sim" ou pelo "não" da modificação de
14 cada artigo apresentado. Caso o "não" prevaleça em algum artigo, este artigo será
15 remetido novamente para a comissão para nova adequação, discussão e
16 contribuição dos demais; ou ainda se houver tempo hábil na reunião, poderá ser
17 objeto de discussão e alteração nesta mesma reunião ao final da pauta. Lembra a
18 todos que na última reunião, o artigo 68 havia sido o último a ser apresentado e
19 votado, devendo, portanto, os trabalhos de hoje votados a partir daí. Paula anuncia
20 o artigo 78: **Artigo 78:** "Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares
21 do Conselho Tutelar, o poder executivo municipal convocará o suplente para o preenchimento da
22 vaga." **Nota da comissão:** A comissão tem parecer que cabe ao CMDCA tão
23 somente gerir o processo de escolha, até a homologação dos escolhidos. Após essa
24 etapa, o CMDCA encaminha ao setor responsável por contratação da prefeitura, os
25 documentos e contatos dos inscritos e selecionados titulares e suplentes, além de
26 encaminhar também a Resolução que os homologa, devendo a municipalidade ficar
27 com o encargo de convocá-los em nome da celeridade, prioridade e primazia que a
28 política da infância e adolescência goza constitucionalmente. Ao final da
29 apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária:
30 Decidiram pelo "sim" 9 votos, pelo "não" 0 votos e não houve abstenções. Aprovado
31 artigo, conforme parecer da comissão. **Artigo 87.** "O processo para a escolha dos
32 Conselheiros Tutelares deverão observar as seguintes diretrizes: I - os conselheiros tutelares serão
33 escolhidos diretamente pela população local. II - processo de escolha unificado para todos os
34 Conselhos Tutelares do Município a ser realizado no primeiro domingo do mês de outubro do ano
35 subsequente ao da eleição presidencial; III - candidatura individual, não sendo admitida a composição
36 de chapas; IV - finalização do processo de escolha até a primeira quinzena de dezembro do ano da
37 eleição para o Conselho Tutelar; V - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro
38 do ano subsequente ao processo de escolha. VI - fiscalização pelo Ministério Público" **Nota da**
39 **comissão:** Aqui a comissão apenas adaptou este artigo ao novo paradigma de
40 eleições diretas e à luz da Lei 12696/12. Ao final da apresentação do artigo, o
41 Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 8 votos,
42 pelo "não" 0 e houve 1 abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da
43 comissão. **Artigo 88:** "Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
44 Adolescente tomar, com antecedência, todas as providências para a realização do processo de
45 escolha dos membros do Conselho Tutelar, sob a fiscalização do Ministério Público. I obter junto a



Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - Joinville - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

46 *Justiça Eleitoral empréstimo de urnas eletrônicas, bem como elaborar ou providenciar o software*
47 *respectivo observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo tribunal superior*
48 *eleitoral e tribunal regional eleitoral de Santa Catarina. II em caso de impossibilidade de obtenção de*
49 *urnas eletrônicas, obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das*
50 *listas de eleitores afim de que a votação seja feita manualmente III cadastrar a lista dos candidatos; IV*
51 *garantir o fácil acesso aos locais de votação de modo que sejam aquelas onde se processe a eleição*
52 *conduzida pela justiça eleitoral ou espaços públicos ou comunitários;"* **Nota da comissão:** Mera
53 adaptação do que já traz a Resolução 170 do CONANDA. Embora, a comissão
54 questione o caráter "operacional" atribuído a comissão especial do processo de
55 escolha. Basta a comissão, juntamente com o CMDCA apontar onde e quantas
56 urnas serão usadas; e ao poder Executivo fazer os devidos encaminhamentos e
57 requisições necessárias de caráter operacional. Ao final da apresentação do artigo,
58 o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 9
59 votos, pelo "não" 0 e não houve abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da
60 comissão. **Artigo 90.** "O procedimento de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares dar-se-
61 á pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos com domicílio eleitoral em Joinville." **Nota da**
62 **comissão:** A Comissão apenas retirou deste artigo a definição de colegiado que
63 havia antes, que considerava apenas as entidades e delegados representantes,
64 estendendo o conceito para todo cidadão que tiver título de eleitor em Joinville. Ao
65 final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a votação da
66 plenária: Decidiram pelo "sim" 9 votos, pelo "não" e não houve abstenções.
67 Aprovado artigo, conforme parecer da comissão. **Seção III Das instâncias eleitorais**
68 **Artigo 93** "O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delegará à Comissão
69 **Especial Processo de Escolha** a condução do processo de escolha dos membros do Conselho
70 Tutelar, observados os mesmos impedimentos legais previstos no art. 73, da presente Lei. [...]".
71 **Nota da comissão:** Neste artigo pediu-se a substituição do termo "eleitoral" por
72 "Processo de Escolha" e a supressão do inciso VII por entender que a
73 operacionalização e execução do Processo é de responsabilidade do executivo
74 municipal, ficando para o CMDCA a responsabilidade da organização e deliberação
75 do mesmo processo. Ao final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto
76 submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 9 votos, pelo "não" 0 votos e
77 não houve abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da comissão. **Art. 98:**
78 "Os servidores municipais que atuarem como mesários e/ou escrutinadores durante o pleito terão
79 direito a 2 dias de folga, mediante comprovação expedida pela Comissão Especial" **Nota da**
80 **comissão:** Pediu-se a supressão da palavra "eleitoral" e alterou-se de 1 dia de folga
81 para 2 dias de folga, em consonância com a regra usual para esses casos em outros
82 tipos de sufrágio oficiais. Posto em votação, foi Aprovado pela unanimidade o
83 parecer da comissão. **Artigo 99:** "O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
84 Adolescente determinará, dentre outras disposições, por resolução regulamentadora específica,
85 observado o contido nesta Lei e demais normas federais, com a antecedência mínima de 6 (seis)
86 meses da realização das eleições: [...] VII - os requisitos legais da candidatura" **Nota da**
87 **comissão:** Pediu-se a inclusão do inciso VII já descrito. A comissão também
88 manifesta preocupação quanto ao prazo estipulado de seis meses, pois dificilmente
89 este projeto de lei vigorará em forma de lei antes do dia 4 de abril deste ano, o que
90 pode fragilizar o processo como um todo. A comissão sugere a Procuradoria Geral
91 do Município que anteceda essa eventualidade e crie um dispositivo transitório "Ad
92 Hoc" para este período e que a regra dos seis meses passe a valer para os anos
93 vindouros. Ao final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a
94 votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 9 votos, pelo "não" 0 votos e não houve

Walter Carlos de Menezes
[Assinatura]



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

95 abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da comissão. **Artigo. 100:** "O
96 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conferirá ampla publicidade ao
97 processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, fixando o edital de convocação no quadro de editais
98 da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Assistência Social, em jornais de circulação no Município e
99 outros meios de divulgação § 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
100 divulgará, ainda, os referidos editais através de remessa dos mesmos, podendo ser por meio
101 eletrônico: § 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre
102 o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação dos eleitores." **Nota da**
103 **comissão:** comparado ao Projeto de Lei original, a comissão pede a substituição de
104 onde diz: "... a participação todas entidades inscritas... etc" por "... participação dos
105 Eleitores" pelas mesmas razões explicitadas na nota do artigo 90 nesta mesma ata.
106 Além disso, pede-se a supressão do restante do artigo por entendermos haver uma
107 repetição de conteúdo dentro do mesmo projeto de lei. Ao final da apresentação do
108 artigo, o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim"
109 9 votos, pelo "não" 0 votos e não houve abstenções. Aprovado artigo, conforme
110 parecer da comissão. **Artigo 101.** "A escolha dos Conselheiros Tutelares compreenderá as
111 seguintes fases: "§ 1º - A etapa prevista no inciso II poderá ser realizada por instituição incumbida
112 regimental e estatutariamente para esse fim, ou de notória especialização na área, escolhida pelo
113 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma da Lei Federal nº. 8.666, de
114 21 de junho de 1993" **Nota da comissão:** Pede-se exclusão do §1º, pois, o CMDCA
115 opta em priorizar o crivo do voto popular, deixando claro que o cargo de conselho
116 tutelar é um cargo de política pública e não um cargo técnico, por essa razão, perde
117 sentido o §1º que regula uma etapa que deixou de existir no processo. Por essa
118 esteira, ficará constituindo fase do processo apenas a prova de títulos, a formação e
119 o próprio sufrágio. Ao final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto
120 submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 9 votos, pelo "não" 0 votos e
121 não houve abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da comissão. **Artigo 103.**
122 "Somente poderão concorrer ao pleito de escolha para os Conselhos Tutelares os candidatos que
123 apresentarem os seguintes requisitos: III - residir no Município; V - ter reconhecida experiência de
124 atendimento direto a criança e ao adolescente de no mínimo 2 (dois) anos em atividade de defesa,
125 proteção, atendimento ou promoção dos direitos da criança e do adolescente, a ser comprovada por
126 meio de documentos oficiais, currículo pessoal, carteira de trabalho e previdência social e/ou atestado
127 de entidade ou instituição constituída para tal fim; VI - possuir diploma de ensino médio" **Nota da**
128 **comissão:** A comissão entendendo, como já explicitado antes, que o cargo é
129 político e seus detentores estão ali pela vontade popular, nada mais justo que tenha
130 o Conselho a devida assessoria multitécnica e a formação continuada, mas, que
131 também seja o voto popular que defina quem serão os escolhidos. Por isso foi
132 considerado mais "democrático" exigir apenas o nível médio do candidato. Também
133 foi objeto de alteração o termo "atendimento direto" devido ao fato que da forma
134 como estava o artigo anteriormente, abria brecha para pessoas não ligadas
135 diretamente a lide com crianças se candidatarem apenas pelo fato de trabalharem
136 com algum setor que o fazia. Assim, poderia um administrador de uma entidade de
137 acolhimento, se candidatar, por exemplo; quando a intenção do legislador era
138 garantir que o profissional fosse diretamente afeto ao tema da infância. Como o
139 Secretário Adalberto teve de se ausentar temporariamente da reunião, Assessor
140 Robson submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 2 votos, pelo "não" 7
141 e 1 abstenções. Rejeitada proposta do artigo, voltará para readequação pela
142 comissão e será submetida a plenária o mais rapidamente possível. **Artigo. 106.**
143 "Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial publicará em edital no meio oficial de comunicação

Assinado digital



Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - Jorvetê - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

144 do município e site oficial do CMDCA, a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério
145 Público, os quais serão convocados a participar do processo de capacitação". **Nota da**
146 **comissão:** Apenas se substituiu o termo "Jornal do Município", por "meio oficial de
147 comunicação do município" afim de contemplar a nova realidade do Diário Oficial
148 Eletrônico que substituiu a Jornal "físico" município. Obviamente, que a comissão
149 eleitoral e o próprio CMDCA procurará dar o máximo de visibilidade a todos os atos
150 do processo. Ao final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto, que
151 retornou a plenária, submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 11 votos,
152 pelo "não" 0 votos e não houve abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da
153 comissão. **Artigo 116.** "Concluída a apuração dos votos e decididos todos os recursos
154 pendentes, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procederá à proclamação
155 dos eleitos, em que providenciará: III - a publicação do resultado no meio oficial de comunicação do
156 município e/ou na imprensa local, contendo o nome de todos os candidatos votados com o número
157 de sufrágios recebidos e com a indicação do dia, hora e local da nomeação e posse dos Conselheiros
158 Tutelares titulares e suplentes. § 1º Para cada Conselho serão eleitos cinco conselheiros titulares;
159 ficando os demais candidatos, classificados por ordem de votação em uma lista geral. § 2 A lista de
160 Suplência será geral e comum a todos os Conselhos § 3º Havendo empate na votação, será
161 considerado eleito o candidato que atender à seguinte ordem de desempate: I - já tiver atuado
162 anteriormente como conselheiro tutelar; II - que comprovar maior tempo de atuação na área da
163 infância e da juventude; III - que for o mais idoso". **Nota da comissão:** Aqui ficam as novas
164 características da metodologia da processo de escolha descritas na Resolução n.11
165 de 2014 do CMDCA. Ao final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto
166 submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 11 votos, pelo "não" 0 e não
167 houve abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da comissão **Artigo 124:** "Se
168 a nulidade atingir a mais de metade dos votos, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e o
169 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente marcará nova data de escolha dentro
170 do prazo de 10 (dez) a 30 (trinta) dias." **Nota da comissão:** Mera adequação de
171 terminologia. Ao final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a
172 votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 11 votos, pelo "não" 0 votos e não houve
173 abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da comissão **Artigo 130:** "Vencido o
174 prazo referido no artigo anterior, com ou sem a apresentação de defesa, a Comissão Especial
175 designará data para realização de sessão específica para instrução e julgamento do caso, que
176 deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, momento em que a comissão poderá
177 ouvir testemunhas, determinar a anexação de provas, bem como efetuar diligências. § 2º O
178 representante do Ministério Público será cientificado da data da sessão". **Nota da comissão:**
179 adequação de terminologia e questiona-se impor ao Ministério Público obrigação de
180 se "pronunciar no ato". Lembrando que o papel definido em lei do Ministério Público
181 é a fiscalização do processo, ao promotor é facultado o pronunciamento e não
182 obrigado. Para efeito de não obrigar a comissão a aguardar um pronunciamento que
183 talvez nem seja feito, pedimos a supressão desta obrigação no texto. Ao final da
184 apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária:
185 Decidiram pelo "sim" 11 votos, pelo "não" 0 e não houve abstenções. Aprovado
186 artigo, conforme parecer da comissão. **Artigo 132.** "A Comissão de Ética, nomeada pelo
187 Poder Executivo é o órgão responsável pela apuração de eventuais irregularidades e faltas graves
188 cometidas pelos Conselheiros Tutelares no exercício da função, com mandato de 2 (dois) anos
189 equiparadas ao mandato do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, permitida uma
190 recondução de seus membros, desde que não esteja respondendo a processo disciplinar, composto
191 da seguinte forma: [...]" **Nota da comissão:** a alteração para que o Poder Executivo
192 nomeie a comissão e sejam servidores municipais os protagonistas das ações da
193 mesma, está em consonância a Resolução 170 do CONANDA. Posto em votação o

João Carlos de Jesus



Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - Joinville - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

194 parecer da comissão, foi aprovado com unanimidade. **Art. 134.** "Compete à Comissão
195 de Ética: II - emitir parecer conclusivo nos processos de sindicância e administrativos instaurados,
196 encaminhando-o ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para decisão,
197 notificando o Conselheiro Tutelar indiciado. § 1º O processo administrativo de que trata o inciso I
198 será motivado por denúncia de qualquer cidadão ou órgão constituinte do sistema de garantias dos
199 direitos da criança e do adolescente, desde que escrita, assinada, fundamentada e acompanhada
200 das respectivas provas ou representação do Ministério Público. a - Também serão apuradas pela
201 comissão as denúncias encaminhadas via ouvidoria do município ou sistemas equivalentes"


202 **Nota da comissão:** Considerando os apontamentos dos conselhos tutelares, a
203 comissão anuiu que o termo "motivado" estaria mais adequado que "instaurado",
204 pois uma denúncia vazia ou mau fundamentada não instauraria um processo, mas
205 apenas uma averiguação. Os conselhos tutelares também apontaram a retirada de
206 denúncia pelo CMDCA, o que a comissão contemplou parcialmente, pois, apesar de
207 retirar a alusão direta ao CMDCA ampliou ainda mais a definição de "motivadores"
208 para todos órgãos do sistema de garantia de direitos; e aí se inclui o CMDCA. Ao
209 final da apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a votação da
210 plenária: Decidiram pelo "sim" 11 votos, pelo "não" 0 votos e não houve
211 abstenções. Aprovado artigo, conforme parecer da comissão. **Artigo 162.** "Em
212 qualquer das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o
213 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá declarar vago o cargo por meio
214 de Resolução, para que o Prefeito dê posse ao próximo suplente". **Nota da comissão:** É
215 parecer da comissão a supressão do artigo 162 em seu inteiro teor. Se já existe
216 Resolução do CMDCA divulgando os escolhidos no sufrágio, basta ao órgão
217 executor convocar os relacionados tal como faz em um concurso público. É
218 desnecessário e cria mais um degrau que só vai atrasar a convocação. Ao final da
219 apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária:
220 Decidiram pelo "sim" 11 votos, pelo 0 "não" e não houve abstenções. Aprovado
221 artigo, conforme parecer da comissão pela supressão. **Art. 172:** "Esta Lei entra em vigor
222 na data de sua publicação com exceção do art. 68 que passará a vigorar a partir de 10 de janeiro de
223 2016." **Nota da comissão:** Esse dispositivo é necessário para que não se "mude as
224 regras do jogo" para conselheiros já empossados, além de estabelecer novos
225 paradigmas que serão implementados em seu devido tempo. Ao final da
226 apresentação do artigo, o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária:
227 Decidiram unanimemente pela aprovação do artigo, conforme parecer da comissão.
228 Com este, finalizou a apresentação dos artigos alterados por sugestão da comissão
229 em relação à proposta enviada pela SAS. Basta agora, votar os artigos passíveis de
230 consulta de caráter técnico-legal que serão remetidos a Procuradoria Geral do
231 Município. Reiterando os artigos correlatos e já votados na reunião do dia 27 de
232 fevereiro e os demais artigos que se enquadram como objetos de consulta; proposta
233 de encaminhar os seguintes artigos para Procuradoria: 21, 44, 55, 56, 57, 58, 61, 63,
234 72, 76, 86, 117, 123, 124, 136, 150, 156 e 159. Ao final da apresentação deste bloco
235 de artigos, o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo
236 "sim" 10 votos, pelo "não" 0 votos e não houve abstenções. Aprovado
237 encaminhamentos dos artigos citados para a Procuradoria Geral do Município
238 juntamente com os apontamentos encaminhados pelos Conselhos Tutelares e
239 demais Resoluções afetas para devido adequação e análise. Robson aponta que
240 apesar da lei já ter em seu bojo o termo "cedido" referente a secretaria executiva,
241 deve constar na lei alusão direta a necessidade de formalização através de "termo

João Leal



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

242 de cessão" dos servidores integrantes da secretaria executiva ao CMDCA. Proposta
243 votada favoravelmente pela unanimidade dos conselheiros. Adalberto propõe a
244 plenária que o artigo 103 que teve parecer rejeitado, seja discutido com tempo de
245 teto para fim de deliberação. Proposta acatada foi unânime. Por último, restou dar
246 parecer sobre os artigos restantes e não citados nas atas do dia 27 de fevereiro e da
247 data de hoje. O Parecer da comissão é pela aprovação integral destes. Desta forma,
248 o Secretário Adalberto submeteu a votação da plenária: Decidiram pelo "sim" 10
249 votos, pelo "não" 0 votos e não houve abstenções. Aprovado todos os demais artigos
250 que não foram objetos de discussão nas atas. Adalberto retoma a discussão sobre o
251 artigo 103, que trata sobre os pré-requisitos para se candidatar a conselheiro tutelar
252 em Joinville. Os incisos serão votados separadamente. O inciso que trata sobre
253 "residir no município" foi acatado por unanimidade. O inciso que versa sobre a
254 experiência com trato direto com a infância e adolescência foi acatado em
255 unanimidade. O inciso que trata sobre a escolaridade mínima, dividiu a plenária
256 entre a exigência de nível médio ou de superior. Após várias defesas de ambas as
257 hipóteses, foi deliberado por sete votos a três, que seja exigido nível superior.
258 Consideradas as hipóteses se deve ser exigido apenas nível superior ou se este
259 deve se ater a áreas específicas, foi votado de 8 a 2 votos favorável em manter a
260 exigências para o nível superior "simples". Adalberto salienta que na reunião
261 ordinária de março será posto em pauta a vaga de segundo secretário de direito, que
262 está aberta desde a saída da ex conselheira Michele Pereira. Neste momento, a
263 Conselheira Marislei Richter convida a todos os conselheiros a comparecerem em
264 evento destinado a pressionar as autoridades municipais contemplem servidores
265 com filhos autistas ou PCD's. Por fim, a Diretoria antes de dar o encerramento da
266 Reunião, sugeriu a Plenária que se montasse uma equipe responsável por
267 acompanhar o trâmite de todo o processo na procuradoria e na câmara até que o
268 Projeto de Lei vire Lei em vigor. Se ofereceram para a tarefa, o Sr. Presidente José
269 Carlos e a Conselheira Julice. Todos foram aceitos e representarão o CMDCA
270 nestes atos. Sem mais nada a registrar eu Robson Richard Duvoisin redigi a
271 presente ata e a assino juntamente com o Presidente José Carlos Eloy Martins.

272
273
274
275

José Carlos Eloy Martins
Presidente do CMDCA

